

ANÁLISE DA SENSIBILIDADE DO RESULTADO CONTÁBIL ÀS VARIAÇÕES DO ATIVO PERMANENTE OCACIONADAS PELA LEI Nº 11.638/07¹

ANALYSIS OF THE ACCOUNTING RESULTS SENSITIVITY ON THE ACCOUNTING CHANGES IN FIXED ASSETS CAUSED BY LAW NO. 11638/07

*Hugo Costa de Macêdo*²

*Edilson Paulo*³

*Vinícius Gomes Martins*⁴

*Jorge Katsumi Niyama*⁵

Resumo: O objetivo desta pesquisa é evidenciar a sensibilidade das demonstrações contábeis com relação às mudanças de critérios de mensuração do ativo “permanente”, decorrentes da Lei 11.638/07. A pesquisa utilizou-se do teste não paramétrico de Wilcoxon e para analisar a sensibilidade das variações no lucro às variações no ativo permanente fez-se o uso da regressão cúbica. Dentre os resultados encontrados, pode-se destacar que apenas as variações ocorridas no ativo permanente foram estatisticamente significativas.

Palavras-Chave: Comparabilidade. Normas Brasileiras de Contabilidade. IFRS. Convergência Internacional. Diferenciação do Disclosure.

Abstract: This research aims to show how the sensitivity of financial statements to changes in measurement criteria assigned by legal provisions (Law 11.638/07). The study used nonparametric Wilcoxon and the cubic regression. The analysis reveals that variations in the fixed assets were statistically significant.

Keywords: Comparability. Brazilian Accounting Standards. IFRS. International Convergence. Disclosure Differentiation.

¹ Artigo premiado no V Seminário UFPE de Ciências Contábeis. Recife-PE. Outubro - 2011.

² Mestrando em Ciências Contábeis pela UnB/UFPB/UFRN, hugocontabeis@gmail.com

³ Doutor em controladoria e contabilidade pela FEA/USP e.paulo@uol.com.br

⁴ Mestrando em Ciências Contábeis pela UnB/UFPB/UFRN, viniciuscontabeis@hotmail.com

⁵ Doutor em Contabilidade pela USP, jkatsumi@unb.br

Editado por Luiz Carlos Miranda. Recebido em 27/11/2011. Avaliado em 5/12/2011. Reformulado em 11/12/2011. Recomendado para publicação em 15/12/2011. Publicado em 23/12/2011.

1 Introdução

As informações contábeis geradas por um sistema normativo nacionalizado tendem a ter grande relevância para a tomada de decisão em um ambiente livre concorrencial “doméstico”, podendo suprir as necessidades de interesses primários ou do *Primary User Group*, o qual é representado pelos investidores e credores, além de também atender à demanda representada pela necessidade de interesses secundários, grupo formado pelos representantes de entidades governamentais como o fisco, entidades de classes profissionais etc.

De forma geral, as entidades reguladoras a nível nacional e internacional são concernentes quanto aos objetivos das demonstrações contábeis, fatos estes demonstrados através da criação de organismos como o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A legislação é um dos principais pontos de partida para a análise das distintas peças contábeis que podem ser encontradas a depender do ambiente regulamentar em que se encontram, no Brasil, tem-se que entidades como Secretaria da Receita do Brasil (SRB), Banco Central do Brasil (Bacen), Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), Conselho Federal de Contabilidade (CFC), que através do decreto Lei nº 12.249/10, alterando o decreto Lei nº 9.295/46, conferindo autoridade na edição de Normas Brasileiras de Contabilidade de natureza técnica e profissional, entre outros, têm preponderância para regular matéria contábil, o que em muito não significa que tais ferramentas normativas tenham a prerrogativa de contribuir com a ausência das diferenciações do *Financial Reporting* (conjunto de sistemas dispostos com o intuito de gerar informações contábeis), sendo assim, os textos legais fornecem amplo campo para inferências a este respeito.

Ao Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), entidade formada pelos membros que representam o grupo *Primary User Group* e os representantes de outros segmentos, conforme resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.055/05, coube as responsabilidades de estudo, preparo e emissão de pronunciamentos técnicos em matéria contábil, para que esta centralização possa contribuir com o processo de convergência contábil no país, sendo assim, é de interesse do CPC, bem como dos usuários que se utilizam de informações com este teor técnico, a utilização de um material que se traduza como um elenco de ferramentas de alto nível qualitativo e notadamente harmônico.

Com isso, dentro das responsabilidades emanadas pelo CPC, em 17 de dezembro de 2008, fora divulgada a Resolução 565/08 que trata do efeito legal para manutenção de nível em comparabilidade das demonstrações contábeis para fins de divulgação, com base no disposto no art. 186 da Lei nº 6.404/76, que, no entanto desobriga as empresas abertas a divulgarem todas as informações de que trata a lei, exceto em seu § 1º onde diz que os ajustes de exercícios anteriores, serão considerados apenas quando decorrentes de efeitos da mudança de critério contábil, ou da retificação de erro observando-se que estes que não possam ser atribuídos a fatos subseqüentes.

Convém lembrar, que para melhor entendimento da pesquisa, fora utilizado o termo Ativo Permanente, em respeito ao texto legal da Lei nº 6.404/76 que em seu artigo nº 178, parágrafo 1º alínea C, menciona este termo como elemento do grupo do ativo,

merecendo destaque no que fora pesquisado, tomando-se por base o corte transversal realizado na na estrutura deste trabalho, ainda sim, faz-se necessário enfatizar que este encontra-se obsoleto considerando-se o exposto no texto legal reformulado pela Lei nº 11.638/07.

Encontram-se algumas pesquisas sobre apresentação voluntária por parte das companhias abertas brasileiras as demonstrações contábeis do exercício de 2008, nas quais são contemplados aspectos ligados a indicadores de desempenho, reflexos em resultados das companhias etc. Nesse sentido este artigo pretende ser uma contribuição adicional relativa às mudanças ocorridas em relação a critérios específicos como o reconhecimento e mensuração de imobilizado, bem como as diferenciações em imobilizações.

Com isso, pode-se considerar como problema para o presente trabalho: **Qual a sensibilidade das variações do resultado contábil das companhias abertas às mudanças normativas de reconhecimento para seus ativos permanentes?**

O objetivo geral desta pesquisa é evidenciar o quanto as demonstrações contábeis podem ser sensíveis às mudanças de critérios de mensuração, atribuídos por dispositivos legais. Seus objetivos específicos são de constatar se as mudanças nos montantes do ativo permanente e do resultado das empresas estudadas foram estatisticamente significativas, verificar se existe ou não relação entre as variações dos valores dos ativos permanentes em relação às variações do resultado das companhias ocasionadas pelas alterações normativas societárias, observar o quanto essas alterações explicam as divergências nas informações relativas ao resultado e examinar se as companhias estudadas mantiveram coerência com a comparabilidade em suas demonstrações.

2 Referencial Teórico

2.1 Normatização Contábil e os Critérios de Mensuração

Na área contábil a dicotomia entre dois grandes grupos: Anglo-Saxônico e Europeu-Continental, encontra substância na discussão que se refere a regulamentos, ou seja, à atividade contábil regulamentada, apresentando-se como características de forte presença do ente público ou não, respectivamente. Por outro lado, defende-se também a distinção bipolar de caracterização contábil nas seguintes classificações: Common-Law ou Code-Law como uma variável independente. Assim, originam-se questionamentos que em suma procuram enviesar a distinção desta discutível classificação de sistemas nacionais de contabilidade (Mueller, 1967; Nobes, 1983; Douppnik e Salter, 1993; Guenther Young, 2000; Hung, 2000; Ali e Hwang, 2000; Ball. et al, 2000; Hope, 2003; Barniv et al., 2005).

Segundo Niyama (2005), *Code Law* é o sistema legal baseado em normas adotado por uma nação, ou seja, o modelo adotado por países como o Alemanha, França e Japão, entre outros e que está referendado por dispositivos legais que dispõe sobre a atividade contábil e como esta é produzida e divulgada. No caso brasileiro tem-se como norma principal a se tratar de normatização de informações contábeis, a Lei nº

6.404/76, que regula as disposições sobre as sociedades por ações, tendo sido compilada (atualizada) pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09.

Para efeito legal, o texto da Lei nº 6.404/76 dispõe sobre os critérios de reconhecimento de ativos imobilizados, mencionando em seu artigo 179 que os registros destas contas são realizados respectivamente da seguinte forma:

[...] IV – no ativo imobilizado: os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

O texto trazido pelo artigo 179 da lei nº 6.404/76 foi introduzido pela redação dada pela lei nº 11.638/07, que juntamente com esta alteração incorporou muitas outras modificações, tais como a adição de uma conta específica para reconhecimento do ativo intangível, na qual lê-se:

[...] VI – no intangível: os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da companhia ou exercidos com essa finalidade, inclusive o fundo de comércio adquirido.

Crítérios distintos de reconhecimento e mensuração podem impactar diretamente em uma das características fundamentais da contabilidade que é a característica da comparabilidade, tanto que em sua deliberação nº 565/08, a CVM reconhece que:

*As exigências de ajustes trazidos pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08 não se enquadram como mudança de circunstâncias, estimativas ou evento econômico subsequente, pois decorrem de processo normativo em direção às Normas Internacionais de Contabilidade. Assim, este Pronunciamento considera que os ajustes devem ser contabilizados de acordo com as disposições contábeis aplicáveis à mudança de critério (ou prática) contábil. A esse respeito, o § 1º do art. 186 da Lei nº 6.404/76 determina que os correspondentes ajustes iniciais devem ser contabilizados na conta de lucros ou prejuízos acumulados. A norma sobre “Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas Contábeis e Correção de Erros” requer que, além de discriminar os efeitos da adoção da nova prática contábil na conta de lucros ou prejuízos acumulados, a entidade deve demonstrar o balanço de abertura para cada conta ou grupo de contas relativo ao período mais antigo apresentado para fins de **comparação** (grifo nosso), bem como os demais valores comparativos apresentados, como se a nova prática contábil estivesse sempre em uso.*

A Norma Brasileira de Contabilidade – Técnica 1 (NBC-T1) menciona que os usuários das informações contábeis devem ser capazes de comparar suas informações no decorrer do tempo, bem como as entidades devem ser capazes de identificar critérios de reconhecimento dos efeitos financeiros em suas demonstrações. Ainda sim, menciona-se que os usuários das informações contábeis devem ter acesso às informações relativas às alterações destes critérios específicos, corroborando o que é mencionado em ambiente internacional, pelo FASB e pelo IASB que em seu *Exposure Draft* e *Conceptual Framework* (estrutura conceitual) respectivamente, mencionam os valores que devem ser respaldados pelas demonstrações contábeis relativos à comparabilidade.

Para o IASB, a comparabilidade é uma meta a ser atingida, cujo meio adequado é a divulgação de informações consistentes, corrobora com a mensão da NBC T-1 quando menciona que a comparação deve ocorrer no transcurso do tempo para o qual as

demonstrações devem auxiliar na tomada de decisão, além de concordar com o ponto de vista do FASB.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) em sua estrutura conceitual, o CPC 00, menciona adicionalmente a idéia de se evidenciar informações comparáveis com empresas semelhantes.

Quanto à relevância das informações citadas nas demonstrações contábeis das companhias, a CVM ainda esclarece que:

Embora desobrigadas de reapresentação das cifras comparativas nos termos do item anterior, as entidades podem optar por efetuar essa reapresentação e, nesse caso, o presente Pronunciamento inclui dispensas específicas para evitar custos que, provavelmente, superariam os benefícios para os preparadores e os usuários de demonstrações contábeis, além de determinadas outras exceções por razões práticas.

2.2. Estudos Anteriores

Estudos qualitativos e quantitativos já foram publicados a respeito dos reflexos do processo de convergência das normas societárias nacionais às normas internacionais de contabilidade, porém poucos trabalhos brasileiros utilizaram como base de dados o que fora demonstrado pelas empresas que reapresentaram suas demonstrações contábeis no ano de 2009, baseando-se no exercício findo em 2007.

Finley e Stewart (2010) discorreram sobre as diferenciações provocadas nas demonstrações contábeis internas na União Européia e na Austrália, analisando demonstrações contábeis antes e depois da adoção das IFRS, através de coeficientes de variação e a aplicação de regressões múltiplas, concluindo que ocorreram impactos sobre as demonstrações de companhias de setores e tamanhos distintos, porém, alertam para a necessidade de se utilizar um período maior de coleta de dados, alegando que 2006 fora o primeiro ano da adoção na União Européia, existia então a necessidade de coletar-se ao menos cinco anos ou mais para uma conclusão mais consistente.

Furuta *et. al.* (2010) analisaram o impacto da convergência contábil da legislação brasileira nos valores de patrimônio líquido e do resultado de companhias listadas na BM&FBOVESPA, através dos testes de Wilcoxon, chegaram à conclusão de que houveram significativas diferenças nestes totais antes e depois da adoção da Lei nº 11.638/07. Além disso, foi utilizado o teste de ANACOR para identificar os setores específicos com maiores níveis de diferenciação, elencando-se como bens de consumo: papel e celulose e varejo, sendo os mais susceptíveis a tais alterações.

Martins e Paulo (2010) investigaram os indicadores econômico-financeiros de 13 empresas publicamente listadas, com o intuito de identificar o reflexo da adoção das IFRS em suas demonstrações financeiras, com isso perceberam que esta adoção tem sido refletida com variações positivas sobre indicadores de endividamento, retorno sobre ativo e patrimônio líquido, porém com variações negativas sobre indicadores de imobilização, recursos permanentes e de liquidez geral e corrente. Observaram ainda que existe uma tendência para diminuição nesses valores, fato atribuído ao estreitamento de procedimentos contábeis entre o padrão societário e o padrão IFRS.

3 Metodologia

Quanto aos procedimentos de coleta, a pesquisa pode ser caracterizada como quantitativa, onde segundo Richardson (1999) caracteriza-se pelo emprego de quantificação tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento delas por meio de técnicas estatísticas.

Para fundamentação deste trabalho, foi considerado o arcabouço normativo delimitado pela Lei nº 6.404/76, levando-se em conta suas atualizações legais de acordo com a Lei nº 11.638/07, sendo este o marco determinante no corte transversal desta, ou seja, os dados coletados levaram em consideração os anos de publicação de tais alterações.

Segundo Richardson (2009) “Em um estudo de corte transversal, os dados são coletados em um ponto no tempo, com base em uma amostra para descrever uma população nesse determinado momento”. Com base na pesquisa estruturada, foram selecionados dados de empresas publicamente listadas na BM&FBOVESPA através dos sistemas Divulgação Externa (DivExt) e EmpresasNet, ambos disponibilizado pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), e BM&FBovespa respectivamente, com o objetivo de selecionar um grupo de empresas distintas com características semelhantes, quais sejam:

Quadro 01 – Critérios utilizados para seleção da amostra

CRITÉRIOS	JUSTIFICATIVA
Segmentadas no nível Novo Mercado de governança corporativa	A disposição nesse nível de informações corporativas, acarreta maior nível de exigências relativas à transparência na divulgação de informações financeiras
Que divulgaram Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) no ano de 2008 referentes ao exercício de 2007	Tais características permitem comparação padronizada dos resultados, em corte de tempo apropriado
Que reapresentaram voluntariamente Demonstrações Financeiras Padronizadas no ano de 2009 referente ao ano de 2007	
Que mantiveram o fechamento dos seus respectivos exercícios sociais em 31/12/2007 e não outro marco referencial de tempo qualquer que seja (no ano de 2007)	
Não sejam caracterizadas no sistema DivExt como companhias seguradoras ou financeiras	Tais companhias foram excluídas por já adotarem alguns procedimentos contábeis que apenas seriam adotados pelas demais com o advento da lei 11.638/07

Para efeito comparativo e utilizando os critérios acima citados, foram levantados os valores do Ativo Permanente e Lucro Líquido do período de 86 companhias, selecionadas nos demonstrativos supra-mencionado, o primeiro por ser o montante diretamente alterado em virtude da adoção de critérios de reconhecimento do ativo intangível, com a Lei nº 11.638/07 considerando a aplicação do seu artigo nº 179 e o segundo por ser uma informação relevante a investidores e que possivelmente pode vir a sofrer variações em virtude da adoção destes novos critérios normativos.

Com o intuito de propiciar uma melhor compreensão dos fatores que condicionam este estudo, o quadro abaixo descreve e justifica as variáveis da pesquisa:

Quadros 02 – Variáveis da pesquisa

Variáveis	Classificação	Descrição	Justificativa
Ativo Permanente	Independente (Explicativa)	É composta pelo total do ativo permanente das empresas da amostra, referente ao exercício de 2007, publicado no Balanço Patrimonial de 2008 (antes) e rerepresentadas em 2009 (depois).	A escolha desta variável se justifica no sentido de que este grupo de contas sofreu modificações mais significativas em relação aos demais itens do Balanço Patrimonial com as alterações da lei societária.
Resultado Líquido	Dependente (Explicada)	É composta pelos resultados auferidos pelas empresas da amostra referente ao exercício de 2007, publicado na DRE de 2008 (antes) e rerepresentadas em 2009 (depois).	A escolha desta variável foi motivada pelo fato desta ser susceptível às possíveis mudanças do ativo permanente, mudanças estas, provocadas pelas alterações nos critérios de mensuração introduzidas pela nova lei.

Uma vez constituída a amostra, foram realizadas as estatísticas descritivas dos dados, posteriormente, com o objetivo de analisar se as diferenças dos valores das variáveis (diferenças causadas pela adoção das novas regras societárias) foram significativas, realizou-se o teste não paramétrico de Wilcoxon, onde tal procedimento se justificou após examinar o pressuposto da normalidade por meio do teste de Kolmogorov-Smirnov.

Por fim, foi analisada a sensibilidade das variações ocorridas no resultado das empresas às variações ocorridas no ativo permanente. Para isso, foi examinada a estimação dos modelos de regressão com o objetivo de verificar qual deles melhor se adequava a posição dos valores. Após tal aplicação, constatou-se que os modelos de regressão apresentaram distorções, onde verificou-se que estas foram ocasionadas pelas observações que não sofreram variações (com a adoção das novas regras). Para solucionar este problema, foi criada, testada e inserida uma variável *Dummy*, onde se atribuiu 0 (zero) para as observações que não sofreram variações e 1 (um) para as demais.

4 Análise e Resultados

Inicialmente, a tabela 1 apresenta as estatísticas descritivas dos montantes relativos ao ativo permanente referentes ao exercício de 2007 antes das alterações e rerepresentadas com a adoção dos novos procedimentos contábeis. As companhias que apesar de rerepresentarem suas demonstrações financeiras não incorreram em alterações dos montantes descritos, ou, o fizeram apenas pelo ajuste da conta de lucros ou prejuízos acumulados, sem a rerepresentação das suas demonstrações não apresentam distorções nos dados com a comparação do resultado dos exercícios distintos. Os valores são

descritos em unidades de milhares, o que implica dizer que os valores máximos e mínimos registrados são de R\$ 7.168.422.000,00 e R\$ 12.080.000,00 respectivamente.

Com relação à média, pode-se verificar a partir da comparação dos dados que houve variações negativas, porém, neste caso, a média não é uma estatística representativa uma vez que o desvio padrão apresentou-se muito elevado. Observa-se também que antes da adoção das novas regras societárias 50% das empresas obtinham saldo no ativo permanente superiores a R\$ 313.093,00, já com as demonstrações reapresentadas, verifica-se que 50% delas apresentaram saldos no ativo permanente inferior a R\$ 299.550,00, ou seja, há forte tendência de variações negativas nos valores do ativo permanente com as alterações na lei societária.

Para verificar os pressupostos dos testes estatísticos, foi testada a normalidade da distribuição através do teste de Kolmogorov-Smirnov para as duas variáveis da pesquisa. A tabela 01, também apresenta os parâmetros do teste com os valores da variável Ativo Permanente, onde o *p-value* é inferior a 0,05, rejeitando-se a hipótese nula, ou seja, a distribuição não é normal, descartando assim, a possibilidade de utilizar o teste *t*.

Tabela 01 – Estatísticas descritivas do ativo permanente (valores em milhares)

	Ativo Permanente Antes	Ativo Permanente Depois
Máximo	7.168.422	7.168.422
Mínimo	12.080	12.080
Média	831.081	817.075
Mediana	313.093	299.550
Desvio Padrão	1.215.281	1.211.467
Teste Kolmogorov-Smirnov		
estatística	0,4140	0,4147
p-value	0,0000	0,0000

A tabela 02 mostra as estatísticas descritivas da variável resultado do período referente ao exercício de 2007, apresentadas na DRE de 2008 e reapresentadas em 2009 com os novos procedimentos contábeis. Verifica-se que o valor máximo dentre as observações sofreu uma variação pouco expressiva, no mesmo sentido, o valor mínimo se manteve após a adoção das novas regras contábeis.

Em média, os resultados do exercício das empresas pesquisadas sofreram variações positivas passando de R\$ 47.382,00 para R\$ 55.408,00 após as mudanças. Por apresentar desvio padrão muito elevado, a média, neste caso, também não pode ser considerada como uma estatística representativa. Com base na mediana, que divide o rol das empresas no meio, verifica-se que houve um acréscimo nos resultados líquidos em 50% das observações.

O resultado do teste de normalidade para a variável resultado do exercício, como mostra a tabela 02, mostrou que o *p* é inferior a 0,05, onde a decisão é a de também rejeitar a hipótese nula e concluir que a amostra não segue uma distribuição normal.

Tabela 02 – Estatísticas descritivas do resultado do exercício (valores em milhares)

	Resultado do Exercício Antes	Resultado do Exercício Depois
Máximo	1.643.436	1.640.727
Mínimo	(7.867.401)	(7.867.401)
Média	47.382	55.408
Mediana	45.922	46.337
Desvio Padrão	913.464	918.891
Teste Kolmogorov-Smirnov		
estatística	0,3992	0,3961
p-value	0,0000	0,0000

Como visto, a distribuição da amostra em ambas as variáveis não foram normais, este fato descarta a possibilidade de utilização do teste *t* de *Student* para estas variáveis. Portanto, segundo Pestana e Gageiro (2003) deve-se utilizar o teste não paramétrico de Wilcoxon, pois o mesmo “é uma alternativa ao teste *t* para amostras emparelhadas”.

Assim, o teste de Wilcoxon foi aplicado com o objetivo de verificar se as variações no ativo permanente e no resultado das empresas, por ocasião das alterações nos procedimentos contábeis, segundo a legislação societária brasileira, foram significativas.

A tabela 03 mostra a frequência dos postos com relação à variável ativo permanente, onde verifica-se que em 49 empresas os saldos relativos ao ativo permanente se mantiveram. As variações negativas (Negative Ranks) ocorreram em 30 observações e, por fim, as variações positivas (Positive Ranks) ocorreram em apenas 7 empresas.

Tabela 03 – Postos da variável Ativo Permanente

Ranks				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Ativo Permanente Depois - Ativo Permanente Antes	Negative Ranks	30	19,1	573
	Positive Ranks	7	18,6	130
	Ties	49		
	Total	86		

De acordo com a estatística do teste de Wilcoxon (p-value = 0,0008), apresentada pela tabela 04, ocorreu uma diferença estatisticamente significativa no ativo permanente, isso se deve ao fato de que este grupo de contas foi um dos que mais sofreu alterações com a promulgação da Lei 11.638/07.

Tabela 04 – Estatística do teste Wilcoxon com a variável Ativo Permanente

Test Statistics(b)	
	Ativo Permanente Depois - Ativo Permanente Antes
Z	(a) -3,341612
p-value	0,000833

(a) Based on positive ranks

(b) Wilcoxon Signed Ranks Test

Para verificar se as variações ocorridas nos resultados das empresas da amostra foram estatisticamente significativas, realizou-se os mesmos procedimentos estatísticos adotados para a variável ativo permanente.

A tabela 05 apresenta evidências de que a adoções dos novos procedimentos contábeis não afetaram significativamente os resultados líquidos em 50 empresas pesquisadas, sendo que as variações positivas totalizaram 17 empresas e as negativas, 19.

Tabela 05 – Postos da variável Resultado do Período

Ranks				
		N	Mean Rank	Sum of Ranks
Resultado do Exercício Depois - Resultado do Exercício Antes	Negative Ranks	19	18,47	351
	Positive Ranks	17	18,53	315
	Ties	50		
	Total	86		

De acordo com resultados do teste Wilcoxon apresentados na tabela 06, observa-se que não ocorreram variações estatisticamente significativas no resultado das empresas.

Tabela 06 – Estatística do teste Wilcoxon com a variável Resultado do Período

Test Statistics(b)	
	Resultado do Exercício Depois- Resultado do Exercício Antes
Z	(a) -0,282790
Asymp. Sig. (2-tailed)	0,777338

(a) Based on positive ranks.

(b) Wilcoxon Signed Ranks Test

Para apresentar evidências mais robustas e para atender ao objetivo desta pesquisa, analisou-se a sensibilidade das variações ocorridas no resultado do exercício às variações ocorridas no ativo permanente.

Inicialmente, foi verificado o comportamento dos modelos de regressão com as variáveis da pesquisa, onde observa-se que a melhor especificação, tomando como base de comparação o R^2 , são a quadrada e a cúbica, atingindo apenas 0,344 como mostra a tabela 07.

Tabela 07 – Resultado dos Modelos

Model Summary and Parameter Estimates									
Dependent Variable: Variações no Resultado									
Equation	Model Summary					Parameter Estimates			
	R Square	F	df1	df2	Sig.	Constant	b1	b2	b3
Linear	0,000359	0,0302	1	84	0,86245	8162,1	-0,0002		
Logarithmic(a)		
Inverse(b)		
Quadratic	0,344529	21,8133	2	83	0,00000	779,873	-0,5148	0,0000	
Cubic	0,344529	21,8133	2	83	0,00000	779,873	-0,5148	0,0000	0
Compound(c)	0	0		
Power(c,a)	0	0		
S(c,b)	0	0		
Growth(c)	0	0		
Exponential(c)	0	0		
Logistic(c)	0	0		

The independent variable is Variação no Ativo Permanente.

(a)The independent variable (Variação no Ativo Permanente) contains non-positive values. The minimum value is -503868,00. The Logarithmic and Power models cannot be calculated.

(b)The independent variable (Variação no Ativo Permanente) contains values of zero. The Inverse and S models cannot be calculated.

(c)The dependent variable (Variações no Resultado) contains non-positive values. The minimum value is -57816,00. Log transform cannot be applied. The Compound, Power, S, Growth, Exponential, and Logistic models cannot be calculated for this variable.

Com a inserção da variável *Dummy*, observou-se que os modelos sofreram uma adequação significativa, como mostra a tabela 08. Destaca-se aqui a especificação cúbica, onde com a inclusão da variável *Dummy*, seu R^2 que antes era de 0,344 passou para 0,925.

Tabela 08 – Resultado dos Modelos com a inclusão da variável Dummy

Model Summary and Parameter Estimates									
Dependent Variable: Variações no Resultado									
Equation	Model Summary					Parameter Estimates			
	R Square	F	df1	df2	Sig.	Constant	b1	b2	b3
Linear	0,40226	20,862	1	31	0,00007	1972,26	-0,5795		
Logarithmic(a)		
Inverse	0,000744	0,02309	1	31	0,880214	15463,1	-5E+06		
Quadratic	0,756584	46,6229	2	30	0,00000	-11539	-0,3073	1,5E-06	
Cubic	0,92507	119,342	3	29	0,00000	8963,53	0,58374	4E-07	-6E-12
Compound(b)	0	0		
Power(b,a)	0	0		
S(b)	0	0		
Growth(b)	0	0		
Exponential(b)	0	0		
Logistic(b)	0	0		

The independent variable is Variação no Ativo Permanente.

(a)The independent variable (Variação no Ativo Permanente) contains non-positive values. The minimum value is -503868,00. The Logarithmic and Power models cannot be calculated.

(b)The dependent variable (Variações no Resultado) contains non-positive values. The minimum value is -57816,00. Log transform cannot be applied. The Compound, Power, S, Growth, Exponential, and Logistic models cannot be calculated for this variable.

Considerando que o modelo que apresentou melhor especificação foi o cúbico, buscou-se verificar se as variações no ativo permanente explicam as variações ocorridas nos resultados das empresas da amostra.

Com o objetivo de verificar a sensibilidade das variações ocorridas na variável resultado do período às variações ocorridas no ativo permanente, foi aplicado o modelo de regressão cúbica definido anteriormente, onde se utilizou como variável dependente as variações ocorridas nos resultados contábeis das empresas e como variável explicativa as variações ocorridas no ativo permanente.

O coeficiente de determinação representado pelo R^2 atingiu 0,925, significando que 92,5% das variações nos resultados das empresas são explicadas pela variações do ativo permanente, sugerindo que, especificamente nesse período, foram ocasionadas pelas alterações oriundas das novas práticas contábeis.

Tabela 09 – Resumo do Modelo Proposto

Model Summary			
R	R Square	Adjusted R Square	Std. Error of the Estimate
0,9618055	0,9250697	0,917318331	30785,57799

The independent variable is Variações no Ativo Permanente.

Uma vez alcançado o objetivo da pesquisa, não será apresentado a significância dos parâmetros e nem a equação da regressão cúbica, isso pelo fato deste estudo se limitar

apenas a análise da sensibilidade da variável dependente à variável explicativa e não a construção de um modelo de previsão.

5 Conclusão

O presente trabalho teve como principal objetivo, analisar a sensibilidade das variações ocorridas no resultado dos exercícios das empresas às variações de valores constantes no ativo permanente, mudanças estas, oriundas das alterações da legislação societária.

Verificou-se em um primeiro momento que, com a adoção dos novos procedimentos contábeis, trazidos pelas mudanças na legislação societária, os montantes relativos às variáveis do ativo permanente e resultado do exercício sofreram alterações, porém, apenas as do ativo permanente foram, do ponto de vista estatístico significativas, isso se deve ao fato de que este grupo de contas, ao se comparar com os demais foram os mais afetados com a promulgação da Lei 11.638/07.

Observou-se que existe correlação entre as variações de ativo permanente e as alterações do lucro ou prejuízos registrados pelas companhias que foram alvo desta, auferindo-se através dos testes estatísticos um percentual de 92,5% de explicação das Variações do resultado, com base nas variações do ativo permanente, dos totais evidenciados em balanços de 2007 rerepresentados em 2009.

Assim, ainda que mediante artifício legal, as companhias que rerepresentaram suas demonstrações, mantiveram aos interessados, acesso à divulgação de suas demonstrações no transcurso do tempo, bem como apregoa a estrutura básica de órgãos como CPC, FASB e IASB, de forma a respeitar a característica básica de comparabilidade em suas informações, o que demonstra que mesmo em situações de reformulação dos critérios legais fora mantida tal característica.

Com isso, podemos inferir que as características qualitativas das informações contábeis são sensíveis ao que se concebe no ambiente normativo societário, ainda que por meio da possibilidade de tais mudanças serem amenizadas quando facultado às entidades, o seu complemento comparativo, da mesma forma, seu quadro patrimonial, também é diretamente afetado por tais modificações, na medida em que sofre os impactos diretos em seus montantes evidenciados.

Diante das limitações do presente trabalho, sugere-se como futura pesquisa, uma análise comparativa dos resultados deste estudo com as de outros seguimentos listados na BM&FBovespa, espera-se que este, por conseguinte, possa fornecer subsídios para uma análise comparativa com outros estudos de diferentes mercados a nível internacional.

Referências

Ali, A., and L.-S. Hwang, 'Country-Specific Factors Related to Financial Reporting and the Value Relevance of Accounting Data'. **Journal of Accounting Research**, Vol. 38, No. 1, 2000.

Ball, R., 'International Financial Reporting Standards (IFRS): Pros and Cons for Investors'. **Accounting and Business Research, International Accounting Forum**, 2006.

Barniv, R., M. J. Myring and W. B. Thomas, 'The Association Between the Legal and Financial Reporting Environments and Forecast Performance of Individual Analysts'. **Contemporary Accounting Research**, Vol. 22, No. 4, 2005.

BRAGA, Josué Pires.; ARAUJO, Marcelo Bicalho Viturino de.; MACEDO, Marcelo Alvaro da Silva.; CORRAR, Luiz João. **Análise do Impacto das Mudanças nas Normas Contábeis Brasileiras: um estudo comparativo dos indicadores econômico-financeiros de companhias brasileiras para o ano de 2007**. In: XIII SEMEAD, 2010, São Paulo-SP. Anais... XIII SEMEAD Seminários em Administração, São Paulo 2010.

BRASIL. Lei nº. 11.638, de 28 de dezembro de 2007. Altera e revoga dispositivos da Lei no 6.404 de 15 de dezembro de 1976 e da Lei no 6.385 de 7 de dezembro de 1976 e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras. Brasília, DF, 28 de dez. de 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11638.htm>. Acesso em: 20 fev. 2011.

BRASIL. Lei nº. 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Brasília, DF, 15 de dez. de 1976. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L6404compilada.htm>. Acesso em: 10 jan. 2011.

DIAS FILHO, J. M. **Características qualitativas da informação contábil: o problema da compreensibilidade à luz da teoria semiótica e da comunicação**. 2001. 211 f. Dissertação (Mestrado em Contabilidade) - Curso de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

Doupnik, T. S., and S. B. Salter, 'An Empirical Test of a Judgemental International Classification of Financial Reporting Practices'. **Journal of International Business Studies**, Vol. 24, No. 1, 1993.

Exposure Draft, AN IMPROVED CONCEPTUAL FRAMEWORK FOR FINANCIAL REPORTING: Chapter 1 The Objective of Financial Reporting, Chapter 2 Qualitative Characteristics and Constraints of Decision-useful Financial Reporting Information, IASB.

FASB. Exposure Draft, Conceptual Framework for Financial Reporting: The Objective of Financial Reporting and Qualitative Characteristics and Constraints of Decision-Useful Financial Reporting Information.

FÁVERO, Luiz Paulo et al. **Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

FURUTA, Fernanda; BISPO, Jorge de Souza; VIEIRA, Patricia dos Santos. **Convergência Internacional: Nível de *Disclosure* e Impacto de Inovações Legais Sobre o Patrimônio Líquido e o Resultado das Grandes Empresas Instaladas no Brasil**. In: X Congresso USP de Controladoria e Contabilidade, 2010, São Paulo-SP. Anais... São Paulo: USP, 2010.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.

Guenther, D. A., and D. Young, 'The Association Between Financial Accounting Measures and Real Economic Activity: A Multinational Study'. **Journal of Accounting and Economics**, Vol. 29, No. 1, 2000.

HENDRIKSEN, Eldon S.; BREDA, Michael F. Van. **Teoria da Contabilidade**. São Paulo: Atlas, 1999.

Hope, O. K., 'Disclosure Practices, Enforcement of Accounting Standards, and Analysts' Forecast Accuracy: An International Study'. **Journal of Accounting Research**, Vol. 41, No. 2, 2003.

Hung, M., 'Accounting Standards and Value Relevance of Financial Statements: An International Analysis'. **Journal of Accounting and Economics**, Vol. 30, No. 3, 2000

Jones, S., Finley, A. Have IFRS made a difference to intra-country financial reporting diversity?, **The British Accounting Review**, 2010, doi: 10.1016/j.bar.2010.10.004

MARTINS, Orleans Silva; PAULO, Edilson. Reflexo da adoção das IFRS na análise de desempenho das companhias de capital aberto no Brasil. **RCO – Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 4, n. 9, p. 30-54, mai/ago. 2010.

Mueller, G. G., **International Accounting**, Part I, Macmillan, 1967.

NIYAMA, Jorge Katsumi. **Contabilidade Internacional**. Atlas, 2005.

NOBES, Christopher. IFRS Practices and the Persistence of Accounting System Classification, Sydney, v. 47, p. 267-283, Jul/Set, 2011.

PESTANA, Maria Helena; GAGEIRO, João Nunes. **Análise de dados para ciências sociais: a complementaridade do SPSS**. Lisboa: Sílabo, 2003.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

STEVENSON, William J.; **Estatística aplicada à administração**. São Paulo: Harbra, 2001.

<p>Hugo Costa de Macêdo é Mestrando em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis pela UnB/UFPB/UFRN, hugocontabeis@gmail.com. Rua José Batista Chaves, 273 – Bairro Alto Branco, 58.401-765, (83) 3322 8316, Campina Grande – Paraíba – Brasil.</p>	<p>Vinicius Gomes Martins é Mestrando em Ciências Contábeis pelo Programa Multiinstitucional e Inter-Regional de Pós-Graduação em Ciências Contábeis pela UnB/UFPB/UFRN, viniciuscontabeis@hotmail.com. Rua Josiara Telino, 370, Condomínio Água Azul, BL 20, Apto. 201 - Bairro Água Fria, 58.053-100, (83) 8823 1035, João Pessoa – Paraíba – Brasil.</p>
<p>Edilson Paulo é Doutor em Ciências Contábeis pela Universidade de São Paulo e Professor da Universidade Federal da Paraíba, e.paulo@uol.com.br. UFPB - Campus Universitário I, Bairro Jardim Cidade Universitária – 58059-900, (83) 3216 7285, João Pessoa – Paraíba – Brasil.</p>	<p>Jorge Katsumi Niyama é Pós-Doutor pela University of Otago e professor da Universidade de Brasília jkatsumi@unb.br. UnB – Campus Darcy Ribeiro, Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais - CCA, (47) 3107 0795, Brasília – Distrito Federal – Brasil.</p>